



Entrevista com Sidney Chalhoub

Sidney Chalhoub possui graduação em História, Lawrence University, EUA (1979), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1984), doutorado (1989) e livre-docência (1995) em História pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professor titular colaborador na UNICAMP e professor do departamento de história da Universidade Harvard, EUA. Foi pesquisador visitante na Universidade de Maryland, na Universidade de Michigan, em Stanford University e Humboldt Universität (Berlim). Lecionou como Professor Visitante na Universidade de Michigan e na Universidade de Chicago. A principal área de pesquisa é a História do Brasil no século XIX, com publicações em temas tais como história do Rio de Janeiro, abolição, escravidão, saúde pública, epidemias, literatura, Machado de Assis.

<http://lattes.cnpq.br/7738861749701123>

Entrevista concedida via correio eletrônico a **Felipe Silveira de Oliveira Malacco** e **Gislaine Gonçalves Dias Pinto**, doutorandos na linha História Social da Cultura do Programa de Pós Graduação em História da UFMG e membros do Conselho Editorial da Temporalidades, gestão 2017/2018.

[Revista Temporalidades]: Professor, primeiramente, gostaríamos de dizer que é um imenso prazer fazer esta entrevista com você para o atual dossiê da Revista Temporalidades. Estamos às vésperas dos 130 anos de abolição da escravidão. Qual a relevância histórica, social e cultural que você atribui para a discussão dessa efeméride?

[Sidney Chalhoub]: Efemérides são importantes porque o sentido que damos a elas em cada momento diz muito do que se deseja para o futuro. O sentido do 13 de maio tem variado bastante ao longo do tempo. Foi importante à época, pois libertou mais de 700 mil pessoas ainda escravizadas, o que representava cerca de 5% da população do país. É como se libertássemos 10 milhões de pessoas escravizadas no Brasil atual. Acho que o 13 de maio hoje deve representar o reconhecimento, pelo Estado brasileiro, do histórico de crimes cometidos contra os negros no país. O mais escandaloso deles foi a importação ilegal de africanos depois da lei de proibição do tráfico negreiro em 1831 (mais de 750 mil pessoas ilegalmente escravizadas). Mas houve também a restrição ao voto de analfabetos, de 1881 em diante, num contexto de inexistência de instrução primária pública e num momento em que as libertações se aceleravam. A proibição ao voto de analfabetos excluiu os negros da cidadania política formal no momento mesmo em que mais precisavam dela para influenciar o rumo dos acontecimentos. O 13 de maio deveria passar a representar o dia do reconhecimento, pelo Estado brasileiro, da dívida que tem em relação à



população afrodescendente. Dia de discutir reparação, políticas de ação afirmativa.

[RT]: Você publicou em 2012 o livro “A Força da Escravidão”. O tema central do livro é a ideia de precariedade da liberdade em que viviam os libertos durante o século XIX. Nesse sentido, o que você entende por precariedade? Em que medida essa nova leitura se aproxima ou se afasta da chave de leitura produzida em seu outro livro, “Visões da Liberdade”, publicado em 1990?

[SC]: Cada livro pertence ao seu tempo. “Visões da liberdade” foi escrito na década de 1980. Os sábios economistas da Bruzundanga chamam aquele período de década perdida, pelo fato, sem dúvida importante, do caos da hiperinflação. O país passou da ditadura dos generais para a ditadura dos czares da economia, aos solavancos, sem transição “lenta, gradual e segura”. Porém, a década de 1980 foi também a década do surgimento de movimentos sociais diversos, da volta de antigos, da mobilização da sociedade civil pelo fim da ditadura, pelas “diretas já”, por uma Constituição forte no reconhecimento e legitimação de direitos sociais. Do ponto de vista dos direitos, foi uma década ganha, conquistada. Por isso, naquele momento, escrever sobre a agência escrava, sobre os escravos como sujeitos da história, parecia importante. Importava em especial mostrar que o próprio aparato legal da escravidão permitia aos escravos reivindicar certos direitos, em especial o direito à alforria em situações em que a vontade senhorial havia sido contrariada por herdeiros ou outras personagens. A lei de 1871, em particular quanto ao seu dispositivo dando aos escravos formalmente o direito à alforria por indenização de preço, abriu caminho a certas estratégias de mobilização, individual e coletiva, para a obtenção de alforrias.

“A força da escravidão” responde a outro contexto, em que direitos conquistados e em vias de expansão parecem limitados por uma resistência à mudança arraigada. Há um apego à desigualdade na sociedade bruzundanguense que ainda não acabamos de entender. Por que o país precisava ser o último a abolir a escravidão moderna? Por que continua a ser um dos recordistas mundiais em desigualdade? Por que temos uma das sociedades mais segregadas do planeta, em que crianças brancas e negras, e de classes sociais diferentes, raramente se encontram e se conhecem nos bancos escolares? Por que o genocídio da juventude negra não acaba nunca, sequer é visto como um problema político grave? Por que o país é um dos campeões mundiais em feminicídio? Por quê? Por quê?

Em “A força da escravidão”, a ideia de precariedade tem a ver com as várias situações de incerteza entre escravidão e liberdade que existiam na sociedade brasileira oitocentista, desde as práticas de escravização ilegal até a concessão de alforrias condicionais e a revogação de alforrias. É um tema que me ocorreu logo após o término de “Visões da liberdade”, cheguei a tratar dele



em palestras e há lampejos dele no meu livro sobre Machado de Assis. Mas demorou para chegar o momento de perseguir a ideia sistematicamente. No conjunto, essas condições de liberdade precária relativizam ou qualificam as conclusões de “Visões da liberdade”. Acho que os livros se completam mais do que se contradizem, mas isso decide quem lê. Não tenho pretensão de ditar o jeito de ler o que está escrito, nem de controlar os sentidos possíveis do que escrevi. São ossos do ofício conviver, gostando ou não, com o que dizem que você disse.

[RT]: A escravidão possuía relevância singular no Brasil colonial e imperial. Dessa forma, gostaríamos que explicasse qual a relação entre a continuidade da escravidão e o processo de formação e consolidação do Estado nacional brasileiro no século XIX.

[SC]: Após duas décadas de embates e incertezas logo após a Independência, o Estado imperial brasileiro se consolidou em torno de um acordão em defesa da monarquia, do latifúndio e da escravidão. Está lá no Caio Prado Júnior e continua valendo como interpretação das origens políticas e sociais do conservadorismo e do golpismo na Bruzundanga. Em “A força da escravidão” um dos temas centrais é a importância do não cumprimento da lei de abolição do tráfico africano de 1831 na formação do Estado imperial. As instituições do país independente se moldaram num contexto em que era preciso não ver a enorme operação de contrabando que permitia fornecer mão de obra barata aos cafeicultores. Enfim, acho que essa situação de legalidade aparente servindo de véu a um sistema de corrupção rotineira deixou um legado.

[RT]: A historiografia da escravidão, sobretudo a partir da década de 1980, começou efetivamente a pensar a agência dos escravizados no processo que levou à abolição da escravidão no Brasil. A partir das fontes que você acessou, qual é seu entendimento sobre essa agência?

[SC]: Já disse um pouco sobre o contexto da produção historiográfica da década de 1980 na resposta a uma pergunta anterior. A questão da agência dos escravos se tornou hoje em dia um território de controvérsia historiográfica. É normal que seja assim. Por um lado, é crucial mesmo que explicações históricas busquem conexões transnacionais, que, por exemplo, a história da escravidão se conte tendo em vista que havia sociedades escravistas diversas nas Américas e que essas sociedades se influenciavam mutuamente. Por outro lado, continua a ser importante valorizar a perspectiva dos subalternos, escravos ou outros, a forma como as pessoas lidam com as condições de existência que estão aí e não podem ser transformadas de modo simples ou previsível. Essas duas formas de aproximação não se excluem, devem se completar. Nem cada historiador tem de se dedicar às duas dimensões com o mesmo afinco. Tem de haver alguma divisão de tarefas entre os praticantes do ofício. O mais difícil é conceber como essas duas



dimensões se combinam, como podem ser teorizadas em conjunto e dar origem a estratégias integradas de investigação. E mesmo essa forma de apresentar o problema é insatisfatória. Não existem dimensões puramente particulares ou gerais, locais ou globais da história, como se esses aspectos fossem excludentes. Há, sim, uma assimetria na articulação de discursos de demonstração e prova. Sempre parecerá mais convincente argumentar que certas características do capitalismo internacional incidiam de modo determinante sobre a sociedade escravista brasileira do século XIX, do que asseverar que as concepções políticas e os modos de resistência dos escravos tiveram impacto nas transformações do capitalismo do final do século XIX e início do XX. Afinal, vivemos na era do capitalismo triunfante, mais triunfante quanto mais global, logo é de se esperar que ele seja o sujeito das frases e que faça acontecer a história. Todavia, a história continua a acontecer por outros meandros também. Por isso cada nota dissonante importa, mesmo que pareça uma nota irrelevante quando vista na lente panorâmica e de longa duração. Há valor no modo de os míopes verem o mundo: atenção às pequenas cousas, observar detalhes que as grandes vistas não pegam. Transformações históricas importantes podem ser flagradas no detalhe, no efeito em cadeia, imprevisível, de uma polêmica sobre o uso de palavras, sobre certos comportamentos, ou até sobre o sentido de uma efeméride, para voltar ao tema da entrevista, que é a efeméride do 13 de maio.

[RT]: Qual a noção de cidadania negra construída no século XIX? Como foi (ou não foi) feita a inserção do liberto na sociedade brasileira nesse contexto? Você entende que há repercussões desse processo ainda hoje?

[SC]: Comentei mais acima que a proibição ao voto dos analfabetos excluiu os afrodescendentes da cidadania política formal por décadas a partir dos anos 1880 (antes estavam excluídos por renda, pelas restrições constitucionais aos direitos de cidadania dos libertos, e, antes e depois, pelos mecanismos de intimidação e violência característicos dos pleitos eleitorais no império e nas primeiras décadas da república). No entanto, acho que, na história política da Bruzundanga, a exclusão dos libertos da política pode ser também uma metáfora, representa uma exclusão muito maior e de longa duração. Liberdade precária, cidadania precaríssima. Aqui, na Bruzundanga, a democracia é só fachada, como agora, ou está sempre por um fio, como vimos ano passado quando do episódio do impeachment fraudulento. Ideologias autoritárias e excludentes são a nossa tradição mais poderosa. No atual momento melindroso em que vivemos, há quem argumente, com a maior cara de peroba envernizada, que o governo golpista é uma oportunidade de levar adiante “as reformas que o Brasil precisa” porque o governo não tem voto, logo é independente para fazer o que quer. Ou seja, eleições democráticas são um empecilho, um



inconveniente com o qual se vive enquanto parecer preciso. Sempre com esperança de que amanhã não seja mais preciso. O tal “Brasil” das reformas, acima, é o que eu chamo de Bruzundanga (homenagem singela a Lima Barreto): a Avenida Paulista, a zona sul carioca, “o mercado”, os editorialistas dos jornalões, os juízes brancos de classe média alta, os nostálgicos da farda e por aí vai. A Bruzundanga é um país no qual, de 1930 a 2017, apenas quatro presidentes foram eleitos e concluíram seus mandatos: Dutra, Juscelino, Fernando Henrique e Lula. Dilma conta pela metade, pois cumpriu um mandato e sofreu o golpe no outro. Enfim, a exclusão dos libertos é metáfora, representa um processo mais amplo de exclusão e apego às desigualdades raciais, de gênero e de classe.